

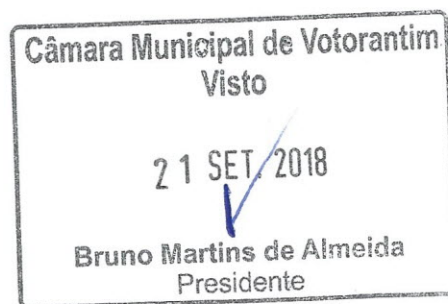


Prefeitura Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

Estado de São Paulo

Ofício nº 709/18 CM



Votorantim, 14 de Setembro de 2018.

Senhor Presidente,

Em atendimento ao Ofício nº 599/18, datado em 04 de setembro de 2018, através do qual nos encaminha o Requerimento nº 252/18, de autoria do nobre vereador Heber de Almeida Martins, apresentado durante a 29ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, realizada em 04 de setembro de 2018, em atenção à solicitação:

a) Preliminarmente, é necessário estabelecer algumas premissas. O IPTU progressivo previsto no art. 182 da Constituição Federal é um instrumento urbanístico que tem como finalidade punir o proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado. Ou seja, não é instrumento de aumento de arrecadação, mas sim de punição, com a finalidade de promover o adequado aproveitamento do imóvel.

O Plano Diretor do Município de Votorantim – Lei Complementar nº 004/2015, prevê em seu art. 27 o instituto do parcelamento, edificação ou utilização compulsória de imóveis nas seguintes zonas:

- ZCP – Zona Comercial Principal;
- CCS – Corredores de Comércio e Serviços; e
- ZR2 – Zona de Uso Residencial e Mista.

Contudo, nos termos do art. 5º do Estatuto da Cidade (Lei nº 10257/2001) é necessário lei municipal específica que delimite as áreas indicadas no Plano



Prefeitura Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

Estado de São Paulo

Diretor, o que não foi promulgada até a presente data.

Após a delimitação das áreas por lei específica e, em caso de descumprimento das condições e prazos, nos termos do que dispõe o Plano Diretor, poderá o Município, como forma de punição, aplicar o IPTU progressivo no tempo, nos termos do art. 29 da LC 004/2015.

Contudo, a implementação dessa política de desenvolvimento urbano deve ser realizada pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, já que é função típica dessa pasta. Ou seja, a identificação das áreas subutilizadas, todo o procedimento de notificação e a verificação do seu fiel cumprimento, deve ser feita pela SPD. Ao final, constatado o descumprimento dos prazos e condições, garantido o devido processo legal, deve ser encaminhada a informação à Diretoria de Lançamento e Cadastros, a qual providenciará a aplicação das alíquotas adicionais, nos termos do § 1º do art. 29 do Plano Diretor.

b) Para aplicação correta do IPTU progressivo no tempo, é obrigatória a implementação do instituto do parcelamento, edificação ou utilização compulsória de imóveis urbanos não edificados, subutilizados ou não utilizados. Contudo, entende-se que falta lei específica que delimite as áreas indicadas no Plano Diretor, nos termos do art. 5º do Estatuto da Cidade.

FERNANDO DE OLIVEIRA SOUZA
Prefeito Municipal

Senhor
BRUNO MARTINS DE ALMEIDA
DD. Presidente da Câmara Municipal de Votorantim/SP